

# A CRISE DA "NOVA REPÚBLICA"

Luiz Carlos Bresser Pereira

Caio Prado Jr., o grande historiador da dominação do capital mercantil no Brasil desde o período colonial, recusou-se a reconhecer a emergência do capital industrial no Brasil a partir dos anos trinta. Em seu memorável ensaio de 1965, *A Revolução Brasileira*, escrito, portanto logo após o golpe de Estado de 1964, ele reafirmou de maneira dramática a perfeita continuidade do capitalismo mercantil no Brasil. Esse ensaio foi a base teórica de uma interpretação equivocada porque ressentida sobre o Brasil que denominei "interpretação funcional-capitalista" (Bresser Pereira, 1982). Na verdade, desde 1930, através de marchas e contramarchas, o que assistimos foi à emergência do capital industrial, ora em conflito com o capital mercantil, ora em aliança com ele. A tendência, entretanto, sempre apontou na direção de uma crescente hegemonia da burguesia industrial.

Ora, no momento em que essa hegemonia parecia se consolidar, com a redemocratização e o advento da Nova República, nesse momento, ou, mais precisamente, em 1987, depois de dois anos de indefinição, o que vemos, por uma ironia da história, é de novo o controle político do país passar para o capital mercantil, hoje transformado em capital parasitário. Caio Prado Jr. poderá assim argumentar que esta foi a vingança da história à crítica que lhe foi feita.

Neste trabalho pretendo fazer a análise da crise política brasileira atual a partir das categorias do capital mercantil e do capital industrial. Começarei por uma rápida definição da crise atual do Brasil, da crise da Nova República. Em seguida retornarei aos conceitos de capital mercantil e capital industrial e discutirei a aplicabilidade desses conceitos ao Brasil. Estarei então em condições de rever a análise de Caio Prado Jr. do permanente caráter mercantil da economia e da sociedade brasileiras, que deu origem, após 1964, à "interpretação funcional-capitalista" do Brasil. Em seguida sintetizarei minha interpretação do processo de redemocratização ocorrido no Brasil a partir de meados dos anos setenta, quando a adesão da burguesia industrial às teses democráticas possibilita a formação de um pacto polí-

Esta é uma versão ligeiramente alterada do trabalho *De Volta ao Capital Mercantil: Caio Prado Jr. e a Crise da Nova República*, apresentado à Jornada de Estudos Caio Prado Jr., organizada pela UNESP, em Marília, entre 26 e 28 de maio de 1988.

tico democrático unificando as três classes do setor capitalista moderno brasileiro: os trabalhadores organizados, a classe média intelectualizada ou tecnoburocrática e a burguesia industrial. Na parte final deste texto examinarei os fatos que levaram o governo Sarney a romper esse pacto e a devolver a direção política do país ao capital mercantil, ou seja, ao capital arcaico, parasitário, dependente dos favores do Estado, lançando o país em uma gravíssima crise de legitimidade política, na medida em que deixava de haver consonância entre o sistema real de forças econômicas e sociais e o governo central.

## I

O Brasil vive hoje uma crise política e uma crise econômica sem precedentes. A crise política não é apenas uma crise de legitimidade do governo semelhante à verificada nos últimos anos do regime militar. É também uma crise de desilusão e de falta de perspectivas, de falta de esperança mesmo. A crise que marcou o final do regime militar foi também grave, mas era uma crise marcada pela esperança, pela perspectiva da redemocratização.

A crise é de falta de legitimidade porque o governo perdeu qualquer apoio da sociedade civil. Não se trata apenas de perda de popularidade, de falta de apoio do povo. Também as classes dirigentes, que têm um peso muito maior na sociedade civil do que os cidadãos comuns, perderam a confiança no governo. Os níveis de popularidade do governo Sarney caíram tanto que, em março de 1988, eram piores do que os índices alcançados pelo governo Figueiredo quatro anos antes. Segundo pesquisas da *Folha de S. Paulo*, enquanto o presidente Figueiredo, no auge da crise do regime militar, em plena Campanha das Diretas, obtinha, em março de 1984, 10% de bom e ótimo e 40,5% de ruim e péssimo em São Paulo (18/3/84), o presidente Sarney obtinha quatro anos mais tarde, no mesmo estado, 11% de ótimo e bom e 64% de ruim e péssimo (*Folha de S. Paulo*, 13/3/88).

Ora, quando a perda de popularidade alcança tais níveis é certo que houve também perda de apoio da sociedade civil. Configura-se então uma crise de legitimidade, surgindo em consequência o problema da ingovernabilidade. O governo, isolado da sociedade, imobiliza-se, e a crise só tende a se aprofundar.

Tão ou mais grave do que a crise política, porém, é a crise econômica. Vivemos nos anos oitenta a mais grave desaceleração econômica da história do Brasil industrial. Há sete anos, desde o final de 1980, a renda *per capita* brasileira não cresce, e não há perspectiva de que em 1988 volte a crescer. Desde que se iniciou o processo de efetiva industrialização do país, por volta de 1890, não assistíamos a um processo de estagnação econômica com essa duração. Em 1930 tivemos uma grande crise interna, reflexo da crise mundial, mas já em 1933 havíamos retomado o crescimento e superado os níveis de produção industrial de 1929.

As duas crises são autônomas, embora interdependentes. A crise econômica precedeu a crise política. Na verdade a perda de legitimidade do governo foi em grande parte decorrência de sua incapacidade de enfrentar com a determinação necessária as causas básicas da estagnação econômica. Estas causas estão hoje muito claras e estão inter-relacionadas: de um lado temos o profundo desequilíbrio financeiro do setor público, de outro a dívida externa excessivamente elevada. Ou, em outras palavras, de um lado temos o déficit público, a dramática redu-

ção da capacidade de poupança do Estado, de outro, a necessidade de realizar pesadas transferências de recursos para o exterior para pagar os juros da dívida. As consequências são a redução dos investimentos, a inflação, a concentração de renda nos setores improdutivos da economia, e finalmente a própria estagnação econômica.

Mas a crise política tem causas especificamente políticas. O governo Sarney revelou-se incapaz de ser fiel ao pacto democrático que reuniu os setores modernos da sociedade brasileira: os empresários industriais, a classe média intelectualizada e os trabalhadores organizados. Rompeu esse pacto ao reconduzir ao poder os representantes do capital mercantil parasitário, ao se aliar aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira para garantir cinco anos de governo para si próprio. A perda de apoio da sociedade civil tornou-se assim inevitável.

Farei neste artigo a análise da crise política atual à luz das categorias de capital industrial e de capital mercantil. Para isto deveremos voltar a Marx, que fez originalmente essa distinção, e a Caio Prado Jr., que utilizou o conceito de capital mercantil para analisar as bases do subdesenvolvimento brasileiro.

## II

A distinção teórica entre capital mercantil e capital industrial encontra-se na obra de Marx, particularmente no primeiro volume de *O Capital* (1867) e no *Sexto Capítulo Inédito* (1864). Marx estava preocupado em compreender os fundamentos do modo de produção capitalista a partir da teoria do valor e do conceito dela derivado de mais-valia. De acordo com seu método sua análise não poderia ser apenas teórica, deveria ser também histórica. Por isso ele opôs o capitalismo ao feudalismo. Mas compreendeu que não bastava essa dicotomia histórica excessivamente ampla, e para chegar ao "modo especificamente capitalista de produção" teve que definir como fase intermediária o capitalismo mercantil, quando ocorre a acumulação primitiva do capital.

O capital mercantil está baseado fundamentalmente na especulação, na compra e venda de mercadorias por um preço desconectado de seu valor trabalho. "Comprar para vender, ou, mais precisamente, comprar para vender mais caro, D-M-D', indiscutivelmente parece ser a forma peculiar a apenas um tipo de capital, o capital mercantil" (Marx, 1868: 256). O lucro especulativo é viável devido às imperfeições do mercado, devido ao comércio de longa distância e aos monopólios comerciais estabelecidos pelas monarquias absolutas. Por isso o capitalismo mercantil é também um capitalismo umbilicalmente dependente dos favores do Estado. Essas formas de acumulação primitiva estabelecem as bases para a acumulação especificamente capitalista de capital via realização de mais-valia absoluta e especialmente mais-valia relativa.

O capital industrial, portanto, ao contrário do capital mercantil, está baseado na concorrência entre capitais e na contínua incorporação de progresso técnico aos processos produtivos. Na medida em que a mais-valia relativa se realiza no mercado, através da troca de equivalentes, a acumulação de capital só se viabiliza através do contínuo aumento da produtividade. O capital industrial pode também adotar práticas monopolísticas e obter favores do Estado, mas o que o define antes de mais nada é a sua permanente preocupação com custos e com competitividade.

de, é a racionalidade expressa não apenas na definição de um objetivo econômico preciso — o lucro —, mas também dos meios mais adequados para alcançá-lo — a incorporação de progresso técnico. Enquanto o capital mercantil não pressupõe sequer a submissão formal do trabalho ao capital (cf. Marx, 1864: 198), o capital industrial é impensável sem a submissão não apenas formal, mas também real ao capital. Em outras palavras, enquanto o capital mercantil pode realizar um lucro simplesmente vendendo especulativamente mais caro o que comprou (ou então recebendo favores do Estado), o capital industrial realiza o lucro através da mais-valia relativa, que pressupõe a existência não apenas do capital na forma de dinheiro e de mercadoria, mas também em sua forma produtiva.

Os conceitos de capital mercantil e capital industrial não são, portanto, conceitos físicos. São conceitos econômicos e históricos. Há empresas industriais que se identificam com o capital mercantil na medida em que são incapazes de incorporar progresso técnico e realizar mais-valia relativa, baseando seu processo de acumulação em subsídios do Estado e em outras formas de acumulação primitiva. Em contrapartida existem empresas comerciais que já fazem parte do capital industrial, porque adotam práticas modernas de gestão, porque realizam lucro principalmente na medida em que aumentam a produtividade baixando custos. Por isso talvez fosse hoje melhor, mais compreensível, falar em capital ou em capitalismo arcaico, parasitário, especulativo, dependente do Estado, ao invés de usar a expressão capital mercantil, e utilizar o conceito de capitalismo moderno como sinônimo de capital industrial.

Peço desculpas por retornar a esses conceitos tão conhecidos, mas eles são essenciais para compreender a contribuição de Caio Prado Jr. e para analisar a evolução recente do sistema político brasileiro. Conceitos alternativos opondo progressistas a conservadores (ver, por exemplo, Fiori, 1988) ou distinguindo uma política de clientela de uma política corporativista e esta de uma política democrática ou pluralista (Eli Diniz, 1988) são também úteis, mas claramente insatisfatórios para a compreensão da crise política que se desencadeia com o advento da Nova República.

### III

Para Caio Prado Jr. o Brasil desde o início de sua colonização foi um país capitalista. Já em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) ele salienta que o sentido geral da colonização é fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais, utilizando-se como organização básica de produção a grande exploração agrária capitalista, a *plantation*. Caio Prado Jr. volta ao tema com mais ênfase em *História Econômica do Brasil*. Mostra como a colonização do Brasil irá se constituir em uma vasta empresa comercial baseada na grande propriedade fundiária, na monocultura e no trabalho escravo. E salienta que embora não se confunda com a simples feitoria comercial, "conservará no entanto um acentuado caráter mercantil" (1945: 22).

Segundo Caio Prado Jr. o caráter mercantil da colonização marcará definitivamente a economia e a sociedade brasileira. Embora já admitisse em 1942 que o Brasil "é um organismo em franca e ativa transformação", declara então que o passado colonial continua dominante tanto no plano econômico quanto no so-

cial: "salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado caráter colonial" (1942: 7). É surpreendente, entretanto, que essa mesma visão do Brasil seja reafirmada vinte e quatro anos depois, em *A Revolução Brasileira*, não obstante o enorme processo de transformação econômica e social que ocorreu no Brasil a partir principalmente de 1930.

A grande contribuição de Caio Prado Jr. foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Depois da análise do sistema colonial realizada por um de seus mais notáveis discípulos — Fernando Novais (1979) — a tese do caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva, da colonização brasileira, tornou-se definitiva. Em meu ensaio *Economia Brasileira: uma Introdução Crítica* (1982) recusei tanto as explicações do subdesenvolvimento brasileiro baseadas na teoria do imperialismo quanto as baseadas na teoria da modernização; recusei também a tese do passado feudal brasileiro, inclusive porque essa tese acaba desaguando na teoria da modernização; e seguindo Caio Prado Jr. fui buscar as bases do subdesenvolvimento brasileiro no caráter mercantil da colonização brasileira.

Distingui, entretanto, com clareza o capital mercantil do capital industrial; mostrei, seguindo a trilha estabelecida por Celso Furtado (1966), como ainda na economia cafeeira são dominantes o capital mercantil e as formas correspondentes de acumulação primitiva nas quais a extração do excedente se realiza sem a necessidade de incorporação de progresso técnico; e procurei demonstrar como a partir de 1930 o capital industrial passa a ter um papel cada vez mais importante no desenvolvimento brasileiro. Estabelecem-se então as bases de um capitalismo moderno, que nestes últimos sessenta anos, através de marchas e contramarchas, procurará se estabelecer como força hegemônica no país.

O debate sobre as eventuais bases feudais da sociedade brasileira recebeu um ponto final na análise de Caio Prado Jr.<sup>1</sup> Seu argumento de que a parceria, o barracão, o cambão não são resíduos feudais, mas formas de expressão do capitalismo mercantil, é definitivo. Dessa forma não poderia realmente haver conflito entre uma oligarquia de origem feudal — que não existiu — e a burguesia industrial. Mas por que não poderia haver contradição entre essa mesma burguesia e a burguesia ou oligarquia mercantil que a precedeu no domínio absoluto da sociedade brasileira até pelo menos 1930? Caio Prado Jr. não se coloca explicitamente essa pergunta, mas a responde implicitamente ao afirmar que as características coloniais do Brasil continuam presentes quando escreve em 1966. E é absolutamente claro em declarar que não há qualquer distinção entre a burguesia industrial e a agrária:

(1) Ver a respeito do debate a resenha de José Roberto do Amaral Lapa (1980).

*A começar pela distinção política e de categoria social entre, de um lado, os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros (que são os grandes proprietários brasileiros, e seriam na teoria preconizada os nossos "feudais"), e de outro lado a burguesia industrial, comercial ou outra qualquer. Todos esses grupos que constituem no Brasil, em conjunto, a classe econômica, financeira, social e politicamente dominante, se compõem da mesma categoria de indivíduos, sejam suas atividades urbanas ou rurais* (1966: 106).

Ora, ao tomar essa posição extremada Caio Prado Jr. não apenas se colocou contra os fatos, mas esqueceu sua própria análise do caráter mercantil do sistema agrário brasileiro. Colocou-se contra os fatos porque está demonstrado que as origens sociais e étnicas (nacionais) dos industriais brasileiros não estão na burguesia agrário-mercantil<sup>2</sup>. Esqueceu ou não admitiu as conseqüências lógicas de sua própria teoria ao não reconhecer que há uma distinção muito clara entre capital mercantil e capital industrial, e portanto entre uma burguesia agrário-mercantil entendida em termos históricos e a nova burguesia industrial.

(2) Ver minha pesquisa sobre as origens étnicas e sociais dos empresários paulistas (1964).

A análise de Caio Prado Jr., entretanto, embora equivocada veio responder a uma necessidade fortemente sentida por amplos setores das esquerdas brasileiras, e deu origem ao que chamei de "interpretação funcional-capitalista" da sociedade brasileira (1983). Era uma interpretação claramente ressentida. O Brasil passava a ser agora capitalista desde Martim Afonso de Souza. E o capitalismo era um só, sem fraturas, sem descontinuidades. Diante da indiscutível unidade da burguesia brasileira nos anos que imediatamente antecedem e nos anos que se seguem a 1964, os intelectuais que adotam essa interpretação não percebem que essa era uma unidade recente, fruto de uma série de fatos novos que haviam ocorrido durante os anos cinquenta e principalmente em sua última metade<sup>3</sup>. Preferem entender que essa unidade sempre existira, quando, de fato, o que caracterizara estruturalmente a política brasileira nos anos trinta, quarenta e durante boa parte dos anos cinquenta fora o conflito entre, de um lado, a burguesia industrial nascente, os trabalhadores urbanos e as classes médias tecnoburocráticas — que mal ou bem formaram o pacto populista —, e de outro, a burguesia agrário-mercantil, que detivera o poder econômico e político do Brasil de forma incontestada até 1930, e vira, a partir de então, seu poder começar a ser posto à prova. Sem o pressuposto desse conflito básico ainda que nem sempre perfeitamente definido perde qualquer sentido a análise do pacto populista. Em 1964, porém, depois de uma série de fatos históricos novos e diante de um perigo maior — o risco por elas sentido da desorganização social — as burguesias brasileiras se unem, e manterão sua perfeita unidade pelos dez anos seguintes.

(3) Analisei esses fatos históricos novos em um artigo de 1963 e já na primeira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968: capítulo 5).

#### IV

O movimento de 1964 assumiu inicialmente as características de um golpe de Estado, mas afinal se transformou em uma revolução conservadora na medida em que representou a consolidação do capitalismo no Brasil. No início dos anos sessenta o modelo de industrialização substituidor de importações e o pacto democrático populista entram em uma profunda crise que será resolvida pelas elites brasileiras através da Revolução de 1964. O custo político e social do novo regime é enorme, mas é inegável seu êxito econômico até o final dos anos setenta — êxito esse que se explica por uma dinâmica favorável do ciclo econômico nacional e internacional até 1973 e por uma combinação pragmática de medidas de política econômica ortodoxas e heterodoxas durante todo o período. É só a partir de 1979, quando a uma conjuntura internacional claramente desfavorável se somam erros de política econômica fatais, que o regime tecnoburocrático-capitalista de 1964 entra em grave crise econômica e política.

Na verdade os primeiros sinais da crise política do regime autoritário começam a ocorrer em 1975, com o início da campanha contra a estatização — a primeira manifestação política autônoma da burguesia depois de 1964 — e principalmente em 1977, como reação ao "pacote de abril", um conjunto de medidas fortemente autoritárias tomadas pelo presidente Geisel que causaram tanta indignação em toda a sociedade civil. Até então as burguesias brasileiras — a burguesia industrial e a mercantil — estavam solidamente unidas, sob o comando político dos setores conservadores e autoritários da tecnoburocracia civil e militar. A oposição ao regime autoritário limitava-se aos trabalhadores organizados e aos intelectuais (entendida essa expressão em seu sentido mais amplo) democráticos e progressistas da classe média tecnoburocrática.

A partir de 1977, entretanto, a burguesia industrial começa gradualmente a romper sua aliança com o capital mercantil e com a tecnoburocracia civil e militar na qual se apoiavam os setores arcaicos e parasitários da burguesia. A redução da taxa de crescimento econômico a partir de 1975, o desaparecimento do medo em relação à "subversão comunista" que fora instrumental para o golpe de 1964, o desagrado da burguesia industrial com a tutela política da tecnoburocracia civil e militar no poder, a convicção da burguesia industrial de que seria capaz de administrar melhor o conflito social dos que os militares, a capacidade de conciliação dos líderes políticos da oposição democrática estão entre as causas do rompimento da aliança de classes de 1964, e da formação do pacto político democrático de 1977. A partir da adesão da burguesia industrial à tese democrática o processo de redemocratização torna-se inevitável. Os setores autoritários e conservadores da tecnoburocracia civil e militar aliados à burguesia mercantil dependente dos favores do governo tentam contornar a crise política e manter sua aliança com a burguesia industrial através da estratégia da "abertura" lenta e gradual. Mas a tese da redemocratização a partir de um novo pacto político democrático acaba prevalecendo<sup>4</sup>.

O processo de redemocratização do Brasil que termina com a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República no final de 1984 não foi, portanto, ao contrário da teoria de Luciano Martins (1983), que Eli Diniz (1985) procura matizar, o resultado da estratégia da cúpula dirigente autoritária em função das pressões da sociedade civil. A "distensão" de Geisel e a "abertura" de Figueiredo tiveram esse sentido, mas foi o processo de "redemocratização" que afinal foi vitorioso, a partir de um pacto político democrático que reuniu os setores modernos da classe empresarial, das classes médias intelectualizadas e dos trabalhadores organizados. Em outras palavras, a transição democrática no Brasil não foi fruto da iniciativa do próprio regime militar. Pelo contrário, foi conduzida pela sociedade civil, e se tornou inevitável a partir do momento em que as forças democráticas obtiveram a adesão da classe política e ideologicamente hegemônica — a burguesia industrial.

Uma análise desse tipo naturalmente só faz sentido se se partir do reconhecimento de que a burguesia no Brasil não é necessariamente una, que em certos momentos em que se sente ameaçada pode ocorrer uma razoável unidade, mas que as clivagens existentes em seu seio, principalmente a que separa o capital industrial do mercantil, não podem ser desconsideradas, dada a força de que ainda dispõem as formas arcaicas de capitalismo no Brasil. Não se pretende com isso afirmar que a burguesia industrial seja intrinsecamente democrática ou progressista. Mas, ao contrário de Caio Prado Jr. e, mais explicitamente, de Florestan Fernandes

(4) Examinei o processo de redemocratização do Brasil em uma série de artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, reunidos em *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978), e em artigos acadêmicos reunidos em *Pactos Políticos* (1985).

(1974, 1985), o que afirmo é que a burguesia industrial brasileira, apesar de seu caráter dependente, não é necessariamente autoritária. A forma por excelência através da qual realiza lucros já é a da realização de mais-valia relativa através da troca de valores equivalentes no mercado. Isto significa que, ao contrário da burguesia mercantil, não necessita mais da violência, do poder do Estado, para se apropriar do excedente econômico. Por isso pode ser democrática se não se sentir politicamente ameaçada.

## V

A redemocratização foi assim o resultado de um grande pacto político que uniu praticamente todos os setores modernos da sociedade civil brasileira. Empresários industriais, classes médias intelectualizadas e trabalhadores organizados foram seus principais atores. Excluídos do pacto foram apenas a burguesia mercantil e os setores da tecnoburocracia civil e militar mais comprometidos com o regime autoritário. Essa exclusão, entretanto, foi relativa, porque o novo regime revelou-se aberto, se não indefeso, à adesão dos derrotados. Ora, dado o alto grau de oportunismo prevalecente nesses setores da sociedade, que têm na dependência do Estado sua principal característica, a adesão foi maciça. De repente a democracia se transformou em uma unanimidade nacional.

Por outro lado, na medida em que a burguesia industrial teve um papel decisivo na formação do pacto político democrático de 1977, tornou-se inevitável o caráter conciliador e mesmo conservador da transição democrática. Na verdade o que tivemos no Brasil foi, nas palavras de Francisco Weffort, uma "transição conservadora" (1984: 87). Os militares pretendiam uma transição conservadora através da "abertura", um processo sobre o qual manteriam controle integral. Sobre a abertura, entretanto, prevaleceu a "redemocratização" controlada pela sociedade civil. Na medida, porém, em que a burguesia industrial era a força dominante no pacto político democrático, o objetivo militar de uma transição conservadora foi alcançado.

Esse caráter conservador da transição democrática foi acentuado pelo acordo político que garantiu a vitória à oposição no Colégio Eleitoral. Esse acordo — a Aliança Democrática, que deu origem ao PFL e estabeleceu a aliança dessa cisão do partido governista (o PDS) com o PMDB — foi sem dúvida consequência da pressão da sociedade civil, mas foi também resultado do oportunismo político de setores que até então estavam profundamente comprometidos com o regime militar. Por isso o custo desse acordo para a causa democrática foi enorme. Significou não apenas aceitar um candidato a vice-presidente desse grupo, mas também oficializar a adesão de amplos setores da burguesia mercantil autoritária, que assim escapavam do destino dos derrotados.

Esse grupo, entretanto, era amplamente minoritário no seio das forças democráticas vencedoras. Assim, quando, no primeiro semestre de 1985, me interoguei sobre os pactos possíveis após a redemocratização e uma vez rompida a Aliança Democrática, vi dois pactos como mais prováveis: um pacto "liberal-burguês", que teria como base a alta burguesia e setores conservadores das classes médias, e um pacto "popular-democrático" baseado nas classes médias progressistas e em parte dos trabalhadores organizados. Em qualquer das duas alternativas, porém, parecia



claro para mim que as frações modernas, inseridas no capitalismo industrial, seriam dominantes. Fui suficientemente prudente para imaginar uma terceira alternativa, caso nenhum dos dois pactos prevalecesse: um período de estagnação econômica e desorganização social. Mas, devo admitir que essa última alternativa não me parecia provável. Apesar da gravidade da crise econômica, que nesse artigo era já definida pela dívida externa excessivamente grande, pelos juros internos elevados e pela inflação, e apesar do risco do populismo que o novo regime talvez não fosse capaz de evitar ao não conseguir dizer não às demandas econômicas e sociais potencializadas pela redemocratização, eu conservava um otimismo básico na consolidação da democracia e de um capitalismo moderno no Brasil (1986).

Recupero esse trabalho porque, três anos depois, verifico que a terceira alternativa — "estagnação econômica e conturbação social, em decorrência do fato de nenhum dos dois pactos conseguir tornar-se hegemônico e, principalmente, ser capaz de enfrentar com êxito a grave crise econômica com a qual o país se defronta" (1985: 212) — prevaleceu. O capitalismo industrial, moderno, seja em sua versão liberal-conservadora, seja em sua alternativa democrático-popular, não logrou se afirmar. Por uma ironia do destino a visão de Caio Prado Jr. dos anos sessenta se confirma nos anos oitenta: estamos de volta ao capital mercantil. O capital mercantil, que dominou o Brasil durante séculos, volta ao poder, reassume o comando político e econômico do país. Este retrocesso, porém, não tem base na realidade econômica e social do país. É um fenômeno político fora do tempo. É a história repetindo-se como farsa. O capital mercantil significa agora um capitalismo parasitário, arcaico, dependente do Estado (que, por sua vez, encontra-se em profunda crise). E um sistema de dominação política dessa natureza só pode levar o país à estagnação econômica e à desorganização social.

## VI

Na verdade tudo indica hoje que a morte de Tancredo Neves, no momento em que deveria assumir a presidência da República, e sua substituição por José Sarney não foi apenas uma tragédia pessoal, foi também uma fatalidade histórica que está custando e ainda poderá custar no futuro muito caro ao Brasil. A história não é construída por personalidades, mas a curto prazo não há dúvida de que o peso positivo ou negativo de determinados dirigentes políticos pode ser decisivo. Ora, no presente caso parece evidente que a circunstância de José Sarney ocupar a presidência da República é o fator determinante do retorno ao poder dos setores mais arcaicos e parasitários do capitalismo brasileiro, é a causa básica da crise política em que está imerso o país.

É claro que é possível adotar uma visão alternativa estruturalmente mais pessimista e afirmar que a Nova República estava fadada ao fracasso, independentemente de a quem coubesse sua liderança política. Esta é, por exemplo, a posição adotada por Florestan Fernandes, a partir do diagnóstico do caráter conservador da redemocratização brasileira:

*A Nova República não rompeu com o passado remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal. O Colégio Eleitoral tinha de ser o seu*

*berço e, também, o seu leito de morte... O governo que sucede à ditadura nasce marcado por sua ineficiência e impotência. Ele procura avançar na direção do "mudancismo", mas as mudanças que ele apregoa envelheceram e se esvaziaram depois de mais de 20 anos de calamidade ditatorial. Ele busca alianças "populistas", mas é manietado por seu conteúdo ambíguo e por suas impulsões conservadoras. (1985: 20)*

É indiscutível o caráter conservador da transição democrática que ocorreu no Brasil. O fato de que a redemocratização transformou-se em um movimento político necessariamente vitorioso a partir da adesão da burguesia, no final dos anos setenta, teria conseqüências inevitáveis. E não há dúvida de que a conciliação via Colégio Eleitoral teve um preço. Mas esse caráter conservador e conciliatório da transição democrática brasileira não implicaria necessariamente o seu fracasso político, não teria como resultado obrigatório a crise política que se abateu sobre o país. Significa que os objetivos democráticos e progressistas de uma grande parte dos que dela participaram não seriam perseguidos pelo novo governo com a firmeza que se desejaria. Significa que a posição de poder e privilégio das classes dominantes não seria ameaçada. Mas não significa que o governo da Nova República seria incapaz de enfrentar os problemas econômicos e sociais do país, não significa que seu destino seria necessariamente afundar-se em uma crise de legitimidade, de total perda de apoio na sociedade civil — e portanto de perda de apoio nas próprias classes dominantes —, como a que se desencadeou no Brasil em 1987.

Para Florestan Fernandes, uma vez caracterizado o caráter conservador da redemocratização seu fracasso se tornaria inevitável porque ele está convencido, pelo menos desde *A Revolução Burguesa*, de que a burguesia brasileira, devido a seu caráter dependente, é intrinsecamente incapaz de realizar a revolução democrática e burguesa que as burguesias dos países centrais realizaram no século passado e início deste século. Esta definitivamente não é minha posição. Embora o caráter dependente da burguesia brasileira limite seriamente sua capacidade de liderança econômica e política — estamos vendo isto hoje de forma dramática em relação à dívida externa, que não tem uma solução soberana da parte do Brasil em grande parte devido ao receio das classes dominantes brasileiras de confrontar os interesses do capitalismo internacional no qual elas querem se integrar —, embora a burguesia muitas vezes se revele politicamente confusa e medrosa, parece-me um equívoco negar-lhe capacidade de liderança econômica e política por falta de uma visão adequada dos problemas nacionais. Essa visão, o projeto nacional da burguesia pode não ser totalmente claro e certamente não se identifica com o projeto de cada um de nós, mas ele existe. As pesquisas e a análise de Eli Diniz (1978) e Renato Boschi (1979) a respeito são conclusivas. E a própria experiência de desenvolvimento nacional do Brasil nos últimos sessenta anos, mal ou bem sob a liderança dessa burguesia, revela sua capacidade de promover o desenvolvimento do país, que só entrou em grave crise a partir de 1980. É certo que revela também seu conservadorismo, sua incapacidade de resolver de forma adequada o problema da concentração de renda, sua falta de determinação em enfrentar a condição de miséria absoluta em que ainda vive uma parte ponderável da população brasileira. Mas é preciso não confundir esse conservadorismo, que, aliás, caracterizou as burguesias dos países hoje desenvolvidos, com incapacidade de liderança política para a promoção do desenvolvimento nacional.

Nestes termos, se a Nova República e o governo Sarney não estavam intrinsecamente fadados ao fracasso, apesar do conservadorismo da transição democrática, por que fracassaram? No segundo semestre de 1987 Walder de Góes fez a seguinte avaliação do governo Sarney:

*José Sarney é o mais frágil dos presidentes brasileiros desde João Goulart em sua fase terminal... Ao longo dos seus dois anos e meio de governo, Sarney perdeu, um a um, todos os recursos simbólicos potenciais que poderia utilizar para adquirir legitimidade. As demandas por mudanças foram sistematicamente frustradas pelo excesso de continuidade na forma, no ritmo e na substância da transição política: os militares continuaram no proscênio, o fisiologismo exacerbou-se, a corrupção tornou-se generalizada e visível, a máquina estatal mostrou-se mais ineficiente. Projetou-se do presidente a imagem de um homem intrinsecamente frágil, provinciano, preso a um círculo de parentes e amigos, afastado das correntes políticas e ideológicas dominantes, desastrado em suas ações políticas. (1987: 1)*

Esta análise de Walder de Góes na verdade traduz hoje a posição generalizada das elites brasileiras em relação ao governo Sarney. Muitas são as razões do fracasso desse governo e portanto da crise política atual. Algumas delas estão sugeridas nas palavras de Walder de Góes. A proposta básica deste artigo, porém, é a de que uma causa é dominante em relação às demais: José Sarney é um estranho ao pacto democrático moderno que levou à redemocratização; suas origens e sua prática política estão indissolivelmente ligadas ao capitalismo mercantil, parasitário, dependente do Estado, que há muitos anos, desde 1930, deixou de ter qualquer funcionalidade para o desenvolvimento brasileiro, e que em 1984 parecia definitivamente derrotado pelo pacto político democrático e moderno que se constituiu principalmente no Sul do país na segunda metade dos anos setenta. As relações que, antes de chegar à presidência, procurou estabelecer com representantes do capitalismo dominante no Sul do país foram em geral relações com os setores especulativos e marginais desse capitalismo — e foram essas relações, além das suas relações nordestinas originais, que prevaleceram durante seu governo.

Na medida em que esta hipótese for correta, todas as demais causas da profunda crise de legitimidade do governo Sarney ficam a ela subordinadas. Tanto a incapacidade de atender às demandas populares de maiores avanços sociais e democráticos, quanto de atender às demandas conservadoras de maior ordem e firmeza na condução da coisa pública, o fisiologismo sem precedentes desse governo, a corrupção que se torna cada vez mais evidente, sua ineficiência e imobilismo, sua total falta de capacidade de enfrentar a gravíssima crise econômica em que o Brasil se encontra desde o final da década passada — todos esses fatos passam a ter como explicação básica a volta do capital mercantil à posição dirigente no Brasil em um momento em que os representantes desse tipo de capitalismo já não têm mais qualquer possibilidade de efetivo exercício do poder por falta de hegemonia econômica e ideológica.

## VII

É certo que no início de seu governo o presidente José Sarney tentou ser fiel ao pacto democrático, moderno e progressista, que por obra do destino o levava ao poder. Seu comportamento durante o ano de 1985 é caracterizado fundamentalmente pela tentativa de encontrar um discurso e uma prática política moderna e progressista. O ministério de Tancredo Neves é mantido, e quando se trata de mudá-lo, a mudança é feita em um sentido mais progressista. No Ministério da Fazenda, por exemplo, Francisco Dornelles é substituído por Dilson Funaro. Através de um único ato os empresários paulistas e os economistas progressistas — embora bastante diferentes — da UNICAMP, da PUC do Rio de Janeiro e da USP assumem o comando da política econômica brasileira respectivamente no Ministério da Fazenda, no Banco Central e no Ministério do Planejamento (onde já se encontrava João Sayad). A área social é definida formalmente como prioritária pelo governo. O INAMPS, sob o comando do ministro Waldir Pires, inicia uma revolução no sistema de saúde brasileiro: as Ações Integradas de Saúde. A reserva de mercado na informática é reafirmada. A dívida externa começa a ser objeto de uma política soberana. Inicia-se o processo de privatização das empresas estatais. Reafirma-se, embora com certa ambigüidade, a vocação da economia brasileira no sentido de integrar-se cada vez mais no sistema capitalista internacional. Inicia-se a limpeza do "entulho jurídico autoritário": restabelecem-se as eleições diretas para a presidência da República, suaviza-se a Lei de Segurança Nacional, a Constituinte é convocada.

É verdade que as mudanças são tímidas e às vezes não chegam a acontecer. Ao invés de se convocar uma Assembléia Nacional Constituinte autônoma, convocase conservadoramente um Congresso Constituinte, cuja autonomia é sistematicamente colocada em dúvida pela presidência da República. As duas reivindicações básicas dos trabalhadores — a ampliação do direito de greve e a autonomia sindical em relação ao Estado — chegam a ser propostas pelo ministro do Trabalho mas não se efetivam. O poder militar, inclusive seu controle de seis cargos de nível ministerial, é mantido intacto.

Na verdade, nesse primeiro ano da Nova República começam a ficar evidentes os conflitos internos ao pacto democrático. As reivindicações dos trabalhadores eram claramente superiores à capacidade do sistema econômico de atendimento a curto prazo. Reivindicavam-se aumentos salariais reais ou reposições salariais muito superiores ao aumento da produtividade, que no setor privado acabaram resultando em aceleração da inflação, no setor público, em aumento do déficit público, e na economia como um todo, em aumento do consumo. A disposição da classe dominante, inclusive os empresários modernos e progressistas, de fazer concessões na área social ou de pagar mais impostos para restabelecer os níveis deteriorados da carga tributária, é claramente menor do que a necessária. Aprovam sempre a idéia de um pacto social, mas conservadoramente pretendem limitar o pacto aos problemas salariais — o que evidentemente não é aceitável para os trabalhadores. Na área salarial acabam adotando uma curiosa atitude populista: fazem pouca resistência às reivindicações salariais, e em seguida repassam imediatamente os aumentos reais para os preços, acelerando a inflação.

O populismo, aliás, não é apenas a resposta dos empresários às demandas sociais potencializadas pela redemocratização. É principalmente a resposta do go-

verno, não apenas do governo federal, mas também dos governos estaduais. Os aumentos dos salários dos funcionários públicos e dos empregados e administradores das empresas estatais são o resultado mais evidente desse fenômeno. Mas o aumento dos gastos em obras e serviços públicos muito além da real capacidade financeira do Estado é outra manifestação do mesmo fenômeno. O resultado era o aumento do déficit público e, portanto a redução da capacidade de poupança do Estado — capacidade essa que já havia sido antes gravemente reduzida pela necessidade de pagar os juros de uma dívida externa pública excessivamente grande, e que naquele momento (1985) estava sendo agravada pelo aumento explosivo da dívida pública interna, como decorrência do contínuo aumento do déficit público e do estancamento de novos financiamentos externos.

O populismo do governo e dos empresários naturalmente não resolvia os problemas existentes; só os agravava. A grande crise econômica que tem início em 1979, quando os banqueiros internacionais, diante da grande elevação da taxa de juros e da recessão nos Estados Unidos, começam a cortar os créditos para o Brasil, foi mal diagnosticada e mal administrada pelo governo autoritário em duas fases distintas: 1979/1980, expansão irresponsável; 1981/1983, ajustamento excessivo, que reduziu o déficit público e re-equilibrou o balanço de pagamentos, mas provocou fortíssima redução da taxa de investimentos e acelerou a inflação.

Configura-se, então, a crise econômica mais grave da história do Brasil industrial, ou seja, a crise mais profunda da economia brasileira nos últimos cem anos: em termos de renda *per capita* o Brasil está estagnado desde 1980. O governo da Nova República, entretanto, animado pelo crescimento ocorrido a partir de 1984, baseado no aumento das exportações, e que continua em 1985, agora com base no aumento populista do consumo, não percebe a gravidade da situação e não toma as medidas necessárias para enfrentar as duas causas básicas dessa crise sem precedentes: o desequilíbrio financeiro do setor público e a dívida externa.

A consequência dessa dupla incapacidade — incapacidade de dizer não às pressões que vinham de todos os lados, dos trabalhadores e dos empresários, e incapacidade de diagnosticar e fazer frente à crise econômica — é a aceleração da inflação e o desgaste político do governo. Esse desgaste já era sensível no início de 1986. Uma excelente indicação do desencanto com o novo governo e da perda de apoio junto à sociedade civil é a entrevista que o senador Fernando Henrique Cardoso — líder do PMDB no Senado e um dos mais representativos líderes dos setores modernos e progressistas que levaram Sarney ao poder — dá em fevereiro desse ano ao Jornal do Brasil, criticando fortemente o governo. O rompimento do pacto democrático já havia começado.

Em 28 de fevereiro de 1986, entretanto, um fato novo — o Plano Cruzado — muda completamente o quadro econômico e político do país. Diante de uma inflação que não parava de crescer, o governo afinal segue a recomendação do grupo de economistas que desenvolvera a teoria da inflação inercial e promove um "choque heterodoxo" congelando todos os preços<sup>5</sup>. O plano fora bem formulado, correspondia a um diagnóstico correto da natureza da inflação brasileira — basicamente inercial naquele momento — e foi bem sucedido em reduzir drasticamente a inflação. Em consequência obteve imediatamente total apoio de toda a Nação. Durante alguns meses o governo e a sociedade viveram em estado de graça. Os índices de popularidade do governo subiram a níveis jamais imaginados. Afinal a Nova República fizera o que dela se esperava. A crise econômica e a crise política foram esquecidas.

(5) Esta teoria foi desenvolvida concomitantemente por um grupo de economistas da PUC do Rio de Janeiro — André Lara Resende, Edmar Bacha, Eduardo Modiano, Francisco Lopes e Pêrsio Arida, os quais, com exceção do segundo, participavam então do governo e foram responsáveis pela formulação do Plano Cruzado — e por Yoshiaki Nakano e por mim mesmo, que fomos inclusive os primeiros a propor um choque heterodoxo, que então chamamos de "política heroica de combate à inflação" (1984a). Escrevemos uma resenha do desenvolvimento da teoria da inflação inercial e uma análise preliminar do Plano Cruzado quatro meses depois do seu lançamento, quando já estavam presentes as distorções que afinal o levaram ao fracasso (Bresser Pereira e Nakano, 1987).

Entretanto, alguns erros cometidos no momento da sua formulação — a idéia irrealista de "inflação zero" e o aumento real de salários de 8% no dia do congelamento — somados a uma série de erros na administração do plano, principalmente a incapacidade de controlar uma demanda agregada que, apoiada no consumo, crescia explosivamente, e a incapacidade de corrigir os desequilíbrios dos preços relativos, levaram o Plano Cruzado ao completo fracasso no final de 1986. A responsabilidade desse fracasso deve ser compartilhada por muitos, mas não há dúvida que foi decisivo o imobilismo do presidente, que, fascinado pelo êxito do plano, proibiu a flexibilização do congelamento nos meses seguintes, impedindo a correção dos preços relativos, e limitou o mais possível as medidas fiscais propostas pelos dois ministros da área econômica e principalmente pela equipe do Banco Central com o objetivo de submeter ao controle a demanda agregada. As seqüelas deixadas pelo fracasso do Plano Cruzado foram terríveis: colocou-se em dúvida a contribuição dos economistas neo-estruturalistas que haviam desenvolvido a teoria da inflação inercial e proposto o "choque heterodoxo" a partir de uma crítica cerrada à ortodoxia monetarista; ocorreu o retorno da crise econômica e financeira, no primeiro semestre de 1987, com uma virulência que não tinha precedentes na história do país; e a crise política caracterizada pela perda de popularidade e de legitimidade do governo junto à sociedade civil reapareceu com toda força.

## VIII

Assumi o Ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, em meio à profunda crise desencadeada pela *débâcle* do Plano Cruzado. Nesse momento, porém, ainda restava alguma esperança na ação do governo. Uma indicação disto é o fato de que o PMDB ainda queria associar seu nome à política econômica do governo e apresenta quatro nomes para a substituição do ministro demissionário, inclusive o meu. Acreditava-se, portanto, ainda naquela época na possibilidade de se manter o pacto democrático que dera origem à Nova República e que sempre teve como base o PMDB. Sete meses e meio mais tarde, porém, quando apresentei de forma definitiva minha demissão, a decisão do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, foi a de não oferecer mais qualquer nome para a Fazenda. Era o sintoma definitivo de que o pacto democrático, progressista e moderno fora rompido, não mais existia. Era o sinal de um profundo agravamento da crise política.

Que fatos novos ocorreram nesse período com um resultado político tão desastroso? Não vou fazer aqui a análise de minha administração no Ministério da Fazenda, nem fazer a crônica política do período. Na Fazenda (1) tomei as medidas de emergência consubstanciadas no chamado Plano Bresser, visando e logrando contornar a agudíssima crise econômico-financeira que produzia então um número de concordatas e falências, uma redução dos salários reais, um aumento do desemprego, uma aceleração da inflação e um desequilíbrio do balanço de pagamentos nunca vistos anteriormente; (2) formulei um plano de médio prazo para o país, o Plano de Controle Macroeconômico; (3) reformulei a política brasileira em relação à dívida externa; e (4) propus uma reforma tributária e um conjunto de medidas visando a reduzir o déficit público cuja não aceitação pelo presidente foi a causa específica de minha demissão.

## Referências

Boschi, Renato  
1979 — *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Chacel, Julian, Pamela Falk e David Fleischer (organizadores)  
1988 — *Brazil's Economic and Political Future*. Boulder, Westview Press.

Diniz, Eli  
1978 — *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1985 — "A Transição Política no Brasil: uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura", em *Dados*, vol. 28, nº 3.  
1988 — "Empresariado, Sindicato e Política Econômica no Brasil da Nova República: 1985/1987". Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.

Fernandes, Florestan  
1974 — *A Revolução Burguesa*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.  
1985 — *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Fiori, José Luís  
1988 — "A Propósito do Pêndulo Peemedebista". Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Economia Industrial, mimeo.

Furtado, Celso  
1966 — *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Goes, Walder de  
1987 — "A Conjuntura Sócio-Política e seus Desdobramentos Alternativos". Brasília, setembro, mimeo.

Lapa, José Roberto do Amaral  
1980 — "Introdução ao Redimensionamento do Debate", em J.R. do Amaral Lapa (organizador).

Lapa José Roberto do Amaral (organizador)  
1980 — *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes.

Martins, Luciano  
1983 — "Le Regime Autoritaire Brésilien et la Libéralisation Politique", em *Problèmes d'Amérique Latine*, nº 65, terceiro trimestre.

No plano político, porém, houve um fato novo, dezessete dias depois que assumi o ministério, que configurou definitivamente a crise que até hoje (maio de 1988) define o quadro político brasileiro. No dia 18 de maio o Presidente José Sarney vai à televisão e comete um erro político trágico para o país: declara peremptoriamente que não ficaria quatro anos na presidência, mas que, tendo o direito constitucional de permanecer seis anos, ficaria cinco. O discurso é constrangedor não apenas por seu autoritarismo — negava-se implicitamente com ele a soberania da Constituinte de, em suas disposições transitórias, definir a duração do mandato do presidente em exercício —, mas também porque contrariava frontalmente os compromissos que o próprio Sarney e Tancredo Neves haviam assumido de, tendo sido eleitos pelo Colégio Eleitoral, permanecer no cargo apenas quatro anos, tempo suficiente para aprovação da nova Constituição.

Ao tomar aquela decisão Sarney perde definitivamente o apoio dos setores mais democráticos e progressistas que até então haviam se colocado a favor de seu governo. Começa a cisão do PMDB, com o grupo que depois viria a ser chamado de "históricos" propondo o rompimento com o governo federal. Mas, o que é mais grave, a partir do dia 15 de maio Sarney se sente pessoalmente comprometido com seu próprio discurso. Em consequência passa a subordinar toda a sua ação política à obtenção dos cinco anos. O princípio de Maquiavel de que o primeiro dever do príncipe é conservar o seu próprio poder é entendido literalmente e passa a ser praticado até o seu limite.

Para atingir o objetivo de conservar-se no poder por cinco anos define-se aos poucos uma estratégia e uma tática política. A estratégia é simples. Percebendo que os setores mais progressistas ou de esquerda no PMDB se afastam do governo, a idéia é dividir o PMDB, e formar um grande partido de "centro" (na verdade, de direita) com a adesão do PFL e de parte do PDS. Dessa forma toda a burguesia se unificaria em torno do presidente. Sarney não consegue formar o novo partido, muito menos unir o empresariado para apoiá-lo, mas no final de 1987 forma-se um agrupamento político de direita na Constituinte, o "Centrão", que se oporá às teses de esquerda dominantes na Comissão de Sistematização e dará apoio parlamentar ao presidente. Significativamente, porém, algumas teses nacionalistas fora do tempo — nacionalismo dos anos cinquenta contra o "imperialismo antiindustrializante" — defendidas por setores da esquerda, são endossadas pelo "Centrão".

Se a estratégia tem um certo tom ideológico, visando a uma grande unificação da direita, as táticas são mais pedestres. São duas, basicamente: (1) fazer a ameaça velada do golpe militar, utilizando para isso as declarações dos ministros militares afirmando ser "inviável" ou "inaceitável" um mandato de quatro anos; e (2) recorrer ao "fisiologismo" explícito, ou seja à utilização das verbas do governo para atender aos governadores e aos deputados e assim garantir seu apoio ao mandato de cinco anos.

Dado, de um lado, o receio de novo golpe militar, e de outro o grande poder do governo federal e o fisiologismo ou oportunismo dominante entre governadores e parlamentares, a estratégia de aliciamento dos constituintes para a tese dos cinco anos ao que tudo indica será bem sucedida. A pressão sobre os governadores e os favores aos parlamentares com os recursos do governo (um tipo de corrupção disfarçada) alcançam índices nunca antes vistos no Brasil. O regime militar certamente comportou-se nesse campo do fisiologismo com muito mais discrição ou compostura que o governo da Nova República.

Marx, Karl  
1971 — *Un Chapitre Inédit du Capital: Résultats du Processus de Production Immédiate*. Paris, Union Générale des Editions (escrito em torno de 1864).  
1968 — *O Capital* — Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (primeira edição alemã, 1868).

Novais, Fernando A.  
1979 — *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec.

Pereira, Luiz Carlos Bresser  
1963 — "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira", em *Revista de Administração de Empresas*, nº 8, julho.

1964 — "Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas", em *Revista de Administração de Empresas*, nº 11, junho.

1968 — *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1967*. Rio de Janeiro, Zahar.

1978 — *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo, Brasiliense.

1982 — *Economia Brasileira: uma Introdução Crítica*. São Paulo, Brasiliense.

1983 — "Seis Interpretações sobre o Brasil", em *Dados*, vol. 25, nº 3.

1985 — *Pactos Políticos: do Populismo à Redemocratização*. São Paulo, Brasiliense.

Pereira, L.C. Bresser e Yoshiaki Nakano

1984a — "Política Administrativa de Controle da Inflação", em *Revista de Economia Política*, vol. 4, nº 3, julho (republished em Bresser Pereira e Nakano, 1984b e 1987).

1984b — *Inflação e Recessão*. São Paulo, Brasiliense.

1987 — *The Theory of Inertial Inflation*. Boulder, Westview Press.

Prado Jr., Caio  
1933 — *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

1942 — *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.

1945 — *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

1966 — *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.

Com isso o governo desmoralizava-se perante toda a sociedade, mas alcançava o apoio parlamentar que desejava. Por outro lado, embora os fisiológicos não sejam necessariamente de direita — também os há de esquerda — eles são sempre favoráveis ao governo do qual dependem. Se o governo é de direita eles também o serão; se deseja que se filiem ao "Centrão", eles se aliarão. Com isso incha a direita governista, como antes inchou o PMDB, pela adesão dos oportunistas ou fisiológicos de todos os tipos.

Roett, Riordan  
1988 — "The Crisis in Brazil: the Political Dimension". Washington, Center of Brazilian Studies, janeiro, mimeo (a ser publicado em 1988 *Brazilian-American Business Review/Directory*, da Brazilian-American Chamber of Commerce).

Weffort, Francisco C.  
1984 — *Por que Democracia?* São Paulo, Brasiliense.

## IX

Ora, os fisiológicos, pendurados nos favores do governo, dependentes dos subsídios e incentivos do Estado, são os representantes por excelência do capital mercantil, arcaico e parasitário, que assim voltam ao poder, a partir de 1987, com a presidência José Sarney. Não são apenas os líderes militares que conservam seu poder quase intacto. O que temos é o retorno ao poder dos líderes políticos do regime autoritário. À medida que os líderes do pacto democrático de 1977 vão, um a um, abandonando o governo, são substituídos pelos velhos amigos de Sarney, por um número crescente de políticos originários do Nordeste, em geral por representantes típicos do capital mercantil e parasitário que existe em todo o Brasil mas ainda é dominante naquela região do país, por gente que esteve até há pouco comprometida com o regime autoritário derrotado — ou aparentemente derrotado — em 1984.

Da mesma forma que cientistas políticos de orientações diversas como Luciano Martins, Francisco Weffort e Florestan Fernandes falavam em uma transição pelo alto, em uma transição conservadora, Riordan Roett acentua a continuidade da elite política na transição e o fracasso de sua liderança:

*Uma característica proeminente da transição do regime militar para o governo civil e democrático no Brasil foi a continuidade da elite política... Esta elite política brasileira foi deixada para trás pelos fatos. Está ultrapassada.* (1988: 1-3)

Riordan Roett, ao falar no caráter ultrapassado (*outdated*) da elite política brasileira, está se referindo não apenas a seu caráter clientelístico, mas também a um nacionalismo e a um estatismo que caracterizam não apenas uma parte dos políticos fisiológicos de direita, mas também de amplos setores da esquerda. Ele está correto em sua crítica, embora seja necessário distinguir com clareza o nacionalismo e o estatismo dos anos cinquenta que ainda prevalece entre os trabalhadores e uma parte importante das esquerdas, e o caráter parasitário dos políticos e empresários representantes do velho capitalismo arcaico, mercantil, que retornou ao poder com Sarney, e que muitas vezes também é nacionalista e estatizante. É esse último grupo que garante a continuidade da elite política brasileira.

Na verdade, mais do que em uma continuidade devemos falar em um retorno das elites políticas retrógradas, que, a partir da infidelidade de Sarney ao pacto político democrático, progressista e moderno, que o levou ao poder, voltam por suas mãos ao comando do país<sup>6</sup>. A transição foi desde o início conservadora, uma certa continuidade pode ser observada desde a formação do governo em 1985.

(6) Não há contradição nessa frase, "setores democráticos e modernos, progressistas ou conservadores". Escrevi-a muito deliberadamente. A democracia, levada até as suas últimas consequências implica uma posição progressista, enquanto os setores modernos podem ser progressistas ou conservadores. Há um conservadorismo esclarecido que é necessariamente moderno.



Mas essa continuidade era limitada na medida em que a redemocratização fora uma efetiva conquista dos setores democráticos e modernos, progressistas e conservadores, da sociedade brasileira. Fora o resultado de forças políticas de centro-esquerda e de centro-direita que se uniram para implantar no Brasil um capitalismo democrático e moderno. A partir do segundo semestre de 1987, porém, essa continuidade se acentua, perde seu caráter limitado, na medida em que abandonam o governo os políticos democráticos e modernos e retornam a ele os políticos autoritários e clientelistas, que, mais do que conservadores, são representantes do capital mercantil e parasitário que ainda existe no país.

Diante desse fato, a direita liberal e moderna, à qual repugna esse tipo de prática política ultrapassada, clientelista ou fisiológica e, em última análise, corrupta, afasta-se do governo, da mesma forma que o fazem os progressistas de centro-esquerda. E assim, na medida em que reinstala-se no poder uma elite política que não tem mais qualquer consonância com as forças econômicas e políticas reais do país, o governo Sarney perde legitimidade, vê diminuir dia a dia seu apoio em todos os níveis da sociedade civil. Configura-se, dessa forma, uma crise política de alta gravidade.

Ao mesmo tempo, porém, Sarney, apoiado no fisiologismo de uma elite política retrógrada e na ameaça velada de golpe militar, vai alcançando apoio parlamentar para permanecer no poder até o início de 1990. Define-se assim um tipo de impasse político que, somado a uma crise econômica definida pela estagnação econômica e por taxas de inflação crescentes, que já superam os 20% mensais, produzem em todo o país — e também no exterior — um clima de desilusão, de pessimismo, de falta de perspectivas sem precedentes na história do Brasil.

Nesse quadro político desalentador temos, porém, dois fatores positivos. De um lado não parecem existir condições objetivas para um novo golpe militar no Brasil a curto prazo, de outro a Constituinte vai terminando o processo de institucionalização da democracia no Brasil. A falta de condições para um golpe de Estado deriva de duas circunstâncias: do fato de que os militares não têm qualquer projeto alternativo para o país, e da falta de apoio que uma ação desse tipo teria hoje nas classes dirigentes do país, as quais não se sentem ainda ameaçadas em seu poder pela crise econômica e política. Por outro lado, apesar de todas as críticas que possamos dirigir à Constituinte, apesar do conservadorismo de algumas medidas, apesar do populismo de outras, e do nacionalismo de outras ainda, não há dúvida de que os constituintes vêm trabalhando com grande seriedade, e que a Constituição que resultar desse trabalho será o produto de um grande acordo político. Na Constituinte se confrontam hoje de forma razoavelmente representativa as forças reais da Nação, e na institucionalização do regime político democrático que vem aí sendo realizada reside a esperança da consolidação da democracia brasileira, hoje tão ameaçada pelo retrocesso político representado pelo governo Sarney.

Luiz Carlos Bresser Pereira é professor titular de economia da Fundação Getúlio Vargas. Já publicou nesta revista "As Duas Crises da América Latina" (Nº 12).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
Nº 23, março de 1989  
pp. 85-101

---